

**RECLAMAÇÃO Nº 37.232 - RJ (2019/0011174-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECLAMANTE** : WILLIAM FABIANO PEREIRA SANTOS  
**ADVOGADO** : MANOEL MENDONÇA GOMES - RJ184331  
**RECLAMADO** : JUIZ DE DIREITO DA 1A VARA CRIMINAL DE SÃO JOÃO DE MERITI - RJ  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**INTERES.** : CARLOS ALEXANDRE RODRIGUES DE ALMEIDA  
**INTERES.** : EVANDRO DA COSTA DE SOUZA  
**INTERES.** : ALEXANDRE LUIZ DA SILVA  
**INTERES.** : VANDER CLEISON SILVA DE CASTRO  
**INTERES.** : FABIO HERMIDA CAJUEIRO  
**INTERES.** : UESLEI SILVA TOMAZ  
**INTERES.** : FRANCISCO EDUARDO AMORIM DE LIMA

**DECISÃO**

Cuida-se de reclamação ajuizada por WILLIAM FABIANO PEREIRA DOS SANTOS, em 16/01/2019, com amparo no art. 105, I, “f”, da Constituição Federal e no art. 988 do CPC/2015, contra sentença proferida em 31/08/2018 pelo Juízo da Vara criminal da Comarca de São João do Meriti/RJ, na ação penal n. 0093319-93.2016.8.19.0054, condenando à pena de 6 (seis) anos de reclusão em regime fechado pela prática do crime do art. 288-A do Código Penal (constituição de milícia privada).

Argumenta, em síntese, que:

I. ao proceder à dosimetria da pena, o magistrado de 1º grau teria deixado de observar a orientação contida no enunciado n. 444 da Súmula desta Corte, segundo a qual “É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base”;

II. Não existiriam qualificadoras a serem consideradas para fixação a pena base acima do mínimo legal, tendo em conta que o réu é primário, tem bons antecedentes e todas as circunstâncias agravantes são elementos do tipo;

III. “por conta do texto expresso da Súmula 444, deste Colendo STJ, deixou-se de avaliar a possibilidade da conduta social funcionar

como fato de minoração da reprimenda penal” (e-STJ fl. 7).

Pede a concessão de liminar que atribua efeito suspensivo ativo que imponha à autoridade reclamada o redimensionamento da pena imposta e, no mérito, a confirmação da liminar.

Como o feito foi ajuizado durante o período de férias regimentais dos membros do STJ, foi encaminhado à Presidência da Corte que indeferiu o pedido de liminar (e-STJ fls. 35/36) e solicitou ao Juízo reclamado que prestasse informações.

As informações foram prestadas às e-STJ fls. 42/77, tendo o Juízo reclamado transcrito o teor da sentença que condenou o reclamante e que não havia sido por ele juntada com a inicial, a despeito de suas razões afirmarem que ela constituiria o documento 2.

Às fls. 80/84, o reclamante fez juntar sentença que condena CLÉBER LUÍS SILVA, pessoa completamente estranha à controvérsia posta na presente reclamação, pelo crime descrito no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006.

O feito me veio concluso em 06/02/2019.

É o relatório. Passo a decidir.

Nos termos do art. 105, I, f, da CF/88, c/c o art. 187 do RISTJ, cabe Reclamação da parte interessada ou do Ministério Público, para preservar a competência do Superior Tribunal de Justiça ou para garantir a autoridade das suas decisões.

Por sua vez, o novo CPC legislou exaustivamente sobre o tema nos arts. 988 a 993, definindo, como hipóteses do cabimento da Reclamação, aquelas descritas no art. 988, dentre as quais as que preveem especificamente a Reclamação dirigida ao Superior Tribunal de Justiça são as seguintes:

*Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:*

*I - preservar a competência do tribunal;*

*II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;*

*(...)*

*§ 5º É inadmissível a reclamação: (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016)*

*I – proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada; (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016)*

*II – proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.*

Partindo do princípio de que a lei não contém termos inúteis e de que deve ser interpretada, também, em harmonia com o sistema no qual está inserida, é possível concluir que o legislador teve a intenção deliberada de restringir as hipóteses de cabimento da Reclamação dirigida ao Superior Tribunal de Justiça a três situações:

1ª) aquela em que a decisão reclamada usurpa competência do STJ;

2ª) aquela em que a decisão reclamada descumpre o que já foi estabelecido por esta Corte após examinar e deliberar sobre o mérito do caso concreto envolvendo as mesmas partes da decisão reclamada; e

3ª) aquela em que a decisão reclamada deixa de aplicar ao caso concreto tese já consagrada pelo STJ em recurso repetitivo.

Daí decorre, forçosamente, que a Reclamação dirigida ao STJ não se presta a proteger o jurisdicionado de decisões judiciais que não tenham seguido o posicionamento majoritário da jurisprudência desta Corte ou tese posta em enunciado de súmula deste Tribunal.

Tal entendimento deflui do fato de que o único inciso do art. 988 do CPC/2015 que faz alusão ao cabimento de Reclamação para garantir a observância de enunciado de súmula é o inciso III que restringe a proteção da Reclamação à ofensa às súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal.

**Não há menção às súmulas do STJ.**

Da mesma forma, quando admite a Reclamação por descumprimento de teses reconhecidas em tribunais superiores, o novo CPC indica restritiva e exaustivamente teses tratadas em: a) controle concentrado de constitucionalidade (art. 988, III), b) recurso extraordinário com repercussão geral (art. 988, § 5º, II); e c) recurso especial repetitivo (art. 988, § 5º, II).

Ora, no caso concreto, a Reclamação não é o instrumento processual adequado para garantir os direitos do Reclamante, diante do fato de que não houve, ainda, deliberação desta Corte sobre o seu caso concreto que possa ter sido descumprida.

Registro, a propósito, que as informações prestadas pela autoridade reclamada esclarecem que o Reclamante interpôs apelação em 26/10/2018 que ainda não foi encaminhada ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e na qual poderá ser suscitada a mesma questão aqui posta referente à dosimetria da pena. Lembro, no ponto, que a Reclamação não foi concebida como sucedâneo do recurso correto e cabível previsto no ordenamento jurídico.

Ante o exposto e diante da ausência de interesse de processual na modalidade “adequação”, **não conheço** da presente reclamação **e a extingo sem resolução de mérito**, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea “a”, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, na redação que lhe foi dada pela Emenda Regimental n. 22, de 16/03/2016, e no art. 485, VI, do CPC/2015.

Cientifiquem-se o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e o Juízo prolator da decisão objeto de reclamação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

